

**Organizadores**

**FREDIE DIDIER JR.**

Livre-docente pela USP e Pós-doutor na Universidade de Lisboa.  
Doutor pela PUC-SP. Mestre pela UFBA. Coordenador do curso de graduação da Faculdade Baiana de Direito. Professor-adjunto da Faculdade de Direito da UFBA. Membro da IAPL, do Instituto Iberoamericano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Presidente da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo. Advogado e consultor jurídico.

**PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA**

Doutor (UFBA) e Mestre (UFAL) em Direito. Professor-adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Professor e coordenador do curso de Direito na SEUNE. Professor convidado da Escolas Superiores de Magistratura de Alagoas (ESMAL) e Pernambuco (ESMAPE). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro fundador da Associação do Norte-Nordeste de Professores de Processo (ANNEP). Advogado.

**ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO**

Bacharel e Mestre em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor de Direito Processual Civil da mesma Instituição de Ensino Superior. Membro da Associação Norte e Nordeste dos Professores de Processo (ANNEP). Advogado.

**PONTES DE MIRANDA  
E O DIREITO PROCESSUAL**

2013



EDITORA  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

10  
*anos*

94 06 29



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** Araori Coelho ([araoricoelho@gmail.com](mailto:araoricoelho@gmail.com))

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>29</b>
---------------------------	-----------

## PARTE I

### Escritos Diversos sobre a Vida, Obra e Pensamento de Pontes de Miranda

<b>1. Prolegômenos ao Pensamento Jurídico-Filosófico de Pontes de Miranda.....</b>	<b>35</b>
<i>André Lucas Fernandes</i>	
<i>Mateus Costa Pereira</i>	
Introdução .....	35
1. Premissa científica: toda ciência é natural.....	36
1.1. A contraposição ao paradigma racionalista e a segmentação das ciências dentre naturais e do espírito....	43
2. Fato jurídico, incidência e a concepção pontesiana de norma jurídica.....	45
3. Sistema da Ciência Positiva do Direito.....	47
Considerações finais.....	51
Referências bibliográficas .....	53
<b>2. Pontes de Miranda: a Grandeza de uma Mente Enciclopédica.....</b>	<b>57</b>
<i>Dierle Nunes</i>	
<i>Carlos Eduardo Araújo</i>	
1. Considerações gerais.....	57
2. O Homem .....	60
3. A Obra .....	63
4. As artes .....	70
5. A Paixão Científica .....	72
6. Pontes de Miranda e Einstein.....	73

7. A sua relação com a Biologia .....	74
8. A Filosofia.....	74
9. A obra de Pontes de Miranda no Exterior.....	74
10. As atividades jurídico-diplomáticas exercidas .....	75
11. No campo da Filosofia .....	76
12. No domínio da Filosofia do Direito.....	76
13. No campo da Sociologia .....	76
14. Na Literatura .....	76
15. Na seara do Direito Constitucional.....	76
16. No âmbito da Ciência Política.....	77
17. No setor do Direito Processual Penal.....	77
18. No campo do Direito Processual Civil.....	77
19. Genial e sem igual foi sua contribuição ao Direito Civil.....	77
20. Contribuições para a prática jurídica.....	78
<b>3. A Obrigação Médica e a Necessidade de Superação de Dicotomias Ultrapassadas: Insegurança Jurídica Decorrente da Distinção entre Obrigação de Meios/ Resultado e a sua Natureza Contratual/Extracontratual .....</b>	<b>79</b>
<i>Vinicius de Negreiros Calado</i>	
1. Introdução .....	79
2. A natureza jurídica da obrigação médica: o responsabilidade pelo fato .....	80
3. Obrigações de meios e obrigações de resultado: uma dicotomia juridicamente insegura.....	87
Considerações finais.....	92
Referências .....	93

## PARTE II

### Escritos sobre Direito Processual

<b>1. Perspectivas Históricas da Ação Declaratória no Âmbito das Teorias Ternária e Quinária: Análises acerca da Executoriedade e da Prescrição.....</b>	<b>97</b>
<i>Alexandre Freire Pimentel</i>	
<i>Bruna Maria Jacques Freire de Albuquerque</i>	
1. Considerações iniciais: escorço histórico sobre a ação declaratória e o dualismo do sistema jurídico romano .....	97

2.	Taxonomia das classes de ações e a autonomia da ação declaratória .....	101
3.	A quebra do paradigma dualista do processo e sua repercussão na ação declaratória .....	105
4.	Da eficácia executiva.....	110
4.1.	Do reconhecimento jurisprudencial da eficácia executiva da sentença declaratória .....	115
5.	O problema da prescrição.....	116
6.	A ação declaratória frente à prescrição tributária .....	118
7.	Considerações finais.....	119
	Referências.....	120
2.	<b>A Decisão da Inconstitucionalidade: um Diálogo entre Pontes de Miranda e Marcelo Neves</b> .....	123
	<i>Antonio Carlos Ferreira de Souza Júnior</i>	
	Introdução .....	123
1.	O ordenamento jurídico enquanto sistema .....	124
2.	Os planos do mundo jurídico .....	129
2.1.	Plano da pertinência (existência).....	129
2.2.	Plano da validade.....	133
2.3.	Plano da eficácia.....	138
3.	A presunção da constitucionalidade das leis .....	139
4.	Decretação de inconstitucionalidade das leis .....	142
4.1.	Tese da nulidade do ato normativo inconstitucional .....	142
4.2.	Tese da anulabilidade do ato normativo inconstitucional.....	145
4.3.	Apreciação crítica: elementos para uma Teoria da invalidade da norma inconstitucional .....	147
5.	Eficácia constitutiva da decisão de inconstitucionalidade.....	154
	Conclusão .....	155
3.	<b>Da Sentença ao Conteúdo Mandamental: Proposta de Sistematização do Regime Jurídico-Processual para as Ordens Judiciais</b> .....	159
	<i>Antonio do Passo Cabral</i>	
1.	Introdução: a classificação tradicional das sentenças no Brasil e a inovação de Pontes de Miranda .....	159
2.	O conceito de sentença mandamental de Pontes de Miranda e a classificação quinária das sentenças .....	162

3.	A pouca adesão ao conceito pontiano de sentença mandamental e sua possível utilidade na legislação atual.....	164
4.	Classificação baseada no “conteúdo predominante” das sentenças, seus erros e acertos, e sua relevância no processo contemporâneo.....	166
5.	Diferenças entre a sentença mandamental e a condenatória: proposta de sistematização .....	169
5.1.	A ordem judicial e as tentativas de identificar-lhe as particularidades.....	170
5.2.	Ordem e condenação: diferenças práticas.....	173
5.2.1.	A ordem é prospectiva, a condenação retrospectiva.....	173
5.2.2.	Meios executivos.....	175
5.2.3.	Flexibilização na correlação entre pedido e sentença..... O dinamismo da tutela mandamental e a possibilidade de mutação do provimento no curso do processo.....	176
5.2.4.	Sanção criminal como consequência para o descumprimento.....	178
6.	Conclusão .....	179
	Bibliografia.....	179
<b>4.</b>	<b>Teoria da Prova: um Diálogo com Pontes de Miranda.....</b>	<b>183</b>
	<i>Beclaute Oliveira Silva</i>	
	Introdução .....	183
1.	Prova como modelo demonstrativo .....	184
2.	Concepção declaratória da prova .....	184
2.1.	Prova como situação no mundo fenomênico.....	185
2.2.	Prova como argumento.....	188
3.	Concepção constitutiva da prova .....	192
4.	Prova em Pontes de Miranda.....	196
4.1.	Notas sintéticas sobre a perspectiva do mundo jurídico em Pontes de Miranda.....	196
4.2.	Finalidade da prova.....	197
4.3.	Prova como argumento em Pontes de Miranda.....	198
4.4.	Concepção pontiana no contexto da doutrina da prova .....	199
5.	Notas conclusivas.....	200
	Referências.....	201

<b>5. Objeção e Exceção de não Executividade.....</b>	<b>205</b>
<i>Bruno Garcia Redondo</i>	
1. Introdução .....	205
2. Histórico .....	206
3. Nomenclatura e natureza jurídica .....	210
4. Previsão legal .....	213
5. Forma .....	214
6. Legitimidade para apresentação .....	214
6.1. Dívida (Schuld) e responsabilidade (Haftung) .....	215
6.2. Legitimidade dos responsáveis primários.....	215
6.3. Legitimidade dos indicados no art. 568 do CPC (responsáveis primários e secundários).....	216
6.4. Legitimidade dos responsáveis secundários .....	216
6.5. Legitimidade do curador especial .....	219
6.6. Ilegitimidade do exequente.....	220
7. Legitimidade “passiva” .....	220
8. Competência .....	220
9. Prazo para apresentação.....	220
10. Efeitos .....	223
11. Pressuposto de cabimento: prova pré-constituída da alegação	225
12. Matérias alegáveis.....	226
12.1. Cognição ampla ou limitada, variando conforme a natureza do título executivo .....	226
12.2. ....	
Matérias cabíveis em objeção ou exceção.....	227
13. Preclusão da matéria defensiva (inclusive à relacionada ao interesse público) .....	228
14. Procedimento .....	230
15. Natureza jurídica da decisão, recurso cabível e sucumbência...	230
16. Compatibilidade do instituto com as execuções de títulos judiciais e extrajudiciais.....	231
Referências bibliográficas .....	234
<b>6. A Sentença e sua Execução no Mandado de Segurança .....</b>	<b>239</b>
<i>Cristiano Simão Miller</i>	
1. Considerações introdutórias .....	239
2. O problema das execuções contra a fazenda pública .....	241
2.1. A execução contra a Fazenda Pública no Projeto do novo Código de Processo Civil .....	243

3.	O julgamento do mandado de segurança e o processo sincrético: crítica à autonomia da natureza mandamental da sentença .....	245
4.	O cumprimento da ordem no mandado de segurança.....	250
4.1.	A execução forçada .....	255
4.2.	A possibilidade de utilização, no mandado de segurança, das regras do art. 461, §4º e §5º, do Código de Processo Civil.....	257
4.3.	Os reflexos pecuniários da sentença concessiva da segurança.....	260
5.	A criminalização do ato de descumprir a ordem no mandado de segurança.....	265
6.	A suspensão da segurança.....	266
7.	Conclusões .....	268
	Bibliografia.....	270
<b>7.</b>	<b>A Causa de Pedir à Luz da Teoria do Fato Jurídico .....</b>	<b>273</b>
	<i>Daniela Bomfim</i>	
1.	Introdução .....	273
2.	O fenômeno jurídico à luz da teoria do fato jurídico.....	274
3.	As diversas vestes do fenômeno jurídico substancial no processo.....	278
4.	O fenômeno jurídico substancial afirmado como conteúdo da causa de pedir .....	280
5.	A causa de pedir como afirmação do fato jurídico e da situação jurídica (em sentido lato) .....	282
5.1.	Generalidades.....	282
5.2.	A afirmação do fato jurídico .....	283
5.3.	A afirmação da situação jurídica .....	292
6.	O ônus da alegação dos elementos da causa de pedir .....	298
	Conclusões .....	302
	Referências .....	303
<b>8.</b>	<b>O Plano de Existência do Processo: um Estudo dos Pressupostos Processuais à Luz da Teoria do Fato Jurídico.....</b>	<b>307</b>
	<i>Danilo Heber Gomes</i>	
	Introdução .....	307



1.	Pressupostos processuais: considerações iniciais .....	308
2.	Pressupostos processuais e requisitos de validade.....	310
3.	Extinção do processo por falta de pressupostos processuais: uma contradição lógica .....	312
4.	A classificação dos pressupostos e requisitos processuais.....	313
4.	Os pressupostos processuais em espécie .....	316
4.1.	Órgão investido de jurisdição .....	317
4.2.	Ato de demandar.....	319
6.	Considerações finais.....	322
	Referências bibliográficas .....	323
<b>9.</b>	<b>A Antecipação de Tutela à Luz da Teoria Quinária da Ação</b> 325	
	<i>Eduardo José Da Fonseca Costa</i>	
1.	Introdução .....	325
2.	A teoria quinaria da ação .....	327
3.	As teorias sobre a eficácia da decisão antecipatória.....	335
4.	O objeto da antecipação nas ações declarativas.....	341
5.	O objeto de antecipação nas ações constitutivas .....	346
6.	O objeto da antecipação nas ações condenatórias.....	349
7.	A composição contenciosística das decisões antecipatórias.....	353
8.	Conclusão .....	357
<b>10.</b>	<b>Prescrição: um Panorama sobre Posições acerca de sua Pronúncia de Ofício no Processo do Trabalho</b> .....	359
	<i>Elaine Ribeiro Bueno de Mendonça</i>	
1.	Introdução .....	359
2.	Prescrição: breves comentários sobre sua conceituação e transformações legislativas operadas sobre o instituto .....	360
3.	Inaplicabilidade do art. 219, §5º, do CPC no processo do trabalho: corrente defensora .....	362
4.	Aplicabilidade do art. 219, §5º, do CPC no processo do trabalho: corrente defensora .....	366
5.	Aplicabilidade do art. 219, §5º, do CPC no processo do trabalho: corrente pela necessidade de oitiva das partes, antes da pronúncia de ofício.....	370
6.	Conclusão .....	372
	Bibliografia.....	372

<b>11. Pontes de Miranda e a Possibilidade de Utilização das Máximas de Experiência Para Dispensa de Provas no Processo Civil.....</b>	<b>375</b>
<i>Flávia Moreira Guimarães Pessoa</i>	
1. Introdução .....	375
2. Máximas de experiência – conceituação preliminar .....	376
3. Funções Tradicionais das Máximas de Experiência no Direito Processual Civil .....	378
4. Da possibilidade de utilização das máximas de experiência para dispensa de provas no Processo Civil.....	380
5. Considerações finais.....	383
Referências bibliográficas .....	384
<b>12. Eficácia e Efeitos da Sentença: Visão Prática no Sistema Quinário de Pontes de Miranda.....</b>	<b>385</b>
<i>Francisco Barros Dias</i>	
1. Introdução .....	385
2. Questão terminológica: identidade ou distinção entre eficácia e efeito .....	387
3. O significado das expressões eficácia e efeito entre alguns doutrinadores na teoria geral do direito e no campo processual.....	388
4. Classificação e caracterização dos efeitos da sentença.....	392
5. O que representa os efeitos da sentença no campo prático e a importância que adquire no processo nos dias de hoje.....	396
6. Conclusões .....	398
7. Bibliografia.....	399
<b>13. Notas Para uma Teoria da Interpretação dos Atos Postulatórios.....</b>	<b>401</b>
<i>Fredie Didier Jr.</i>	
<b>14. Relação Jurídica e o Plano Material: Breves Estudos com Base em Pontes de Miranda.....</b>	<b>409</b>
<i>Gabriela Expósito Miranda de Araújo</i>	
Introdução .....	409
1. Relação jurídica na fenomenologia da juridicização.....	410
1.1. Regra jurídica, incidência e fato jurídico .....	410

1.2. Espécies de fatos jurídicos .....	414
1.3. Categorias eficaciais.....	415
2. A relação jurídica no plano material.....	416
2.1. O plano material.....	416
3. Considerações finais.....	418
Referências bibliográficas .....	418

**15. Brasil: um País de “Common Law”? As Tradições Jurídicas de “Common Law” e “Civil Law” e a Experiência da Constituição Brasileira como Constitucionalismo Híbrido .....** 421

*Hermes Zaneti Jr.*

1. A formação do ordenamento judicial brasileiro na perspectiva constitucional e a recepção do direito norte-americano .....	422
1.1. A recepção constitucional da “judicial review” (o controle de poder no modelo brasileiro de jurisdição constitucional).....	423
1.2. O surgimento do controle do poder do estado: limites e vínculos aos poderes absolutos.....	425
1.3. Tradições jurídicas em confronto no “paradoxo metodológico” brasileiro: “common law” (processo constitucional) e “civil law” (processo infraconstitucional) .....	428
1.4. A teoria da recepção jurídica com particular atenção à recepção constitucional.....	434
2. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891 e as doutrinas nacionais do “judicial review” até o advento da Constituição Federal de 1988 .....	441
2.1. A passagem do Brasil Império (poder moderador – Constituição Imperial de 1824) para o Brasil República (“judicial review” – Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891).....	441
2.2. O “judicial review” na Constituição de 1934: o advento do mandado de segurança, da ação popular, da ação interventiva e do “full bench” .....	449
2.3. O “judicial review” na Constituição de 1937 (Carta Outorgada).....	451

2.4. A Constituição de 1946 e a positivação do “judicial review” (“A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual”) .....	453
2.5. O “judicial review” nas cartas constitucionais do golpe militar (1967 e 1969) .....	456
2.6. A Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Constitucional: ampliação do “judicial review” (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ‘ameaça’ a direito”) .....	458
Conclusão .....	464
<b>16. Prescrição: Ação, Exceção e Pretensão</b> .....	<b>465</b>
<i>Humberto Theodoro Júnior</i>	
1. Introdução .....	465
2. Ação e pretensão .....	466
3. A prescrição e a pretensão .....	469
4. Ação e pretensão .....	471
5. Ação e exceção .....	472
6. Exceção e prescrição .....	473
7. Um significativo exemplo do direito comparado .....	476
8. Conexão entre o direito material e o direito processual .....	476
9. Objeção e exceção em matéria de prescrição e decadência.....	478
10. Pretensão e ação, segundo Pontes de Miranda .....	481
11. Algumas conclusões .....	483
<b>17. Análise Pragmática em Torno da Moderna Classificação das Ações</b> .....	<b>485</b>
<i>Jadison Juarez Cavalcante Dias</i>	
1. Prolegômenos .....	485
2. Da Ação .....	488
2.1. Teoria Civilista da Ação .....	488
2.2. Polêmica Windscheid versus Mütter .....	489
2.3. Teoria do Direito Concreto da Ação .....	489
2.4. Teoria do Direito Abstrato da Ação .....	490
2.5. Teoria Eclética da Ação .....	490
3. A ação e o plano processual .....	490
3.1. Direito subjetivo processual .....	491
3.2. Pretensão à tutela jurídica estatal.....	491
3.3. “Ação” processual .....	492

4.	A ação e o plano material .....	492
4.1.	Direito subjetivo material.....	492
4.2.	Pretensão material .....	493
4.3.	Ação material .....	493
4.4.	Classificação das ações materiais .....	494
5.	A classificação das ações e a carga de eficácia das sentenças....	495
6.	Classificação Trinária .....	496
6.1.	Ação Declaratória .....	497
6.2.	Ação Constitutiva .....	497
6.3.	Ação Condenatória .....	498
7.	Classificação Quinária.....	499
7.1.	Ação Mandamental .....	500
7.2.	Ação Executiva “Lato Sensu” .....	500
8.	Classificação Quaternária da Ação .....	501
9.	Do aporte pragmático.....	501
	Considerações derradeiras.....	507
	Referências .....	508
<b>18.</b>	<b>Uma Análise das Relações Jurídicas Continuadas à Luz da Teoria do Fato Jurídico.....</b>	<b>511</b>
	<i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.</i>	
1.	Considerações iniciais .....	511
2.	Breve noção sobre a teoria do fato jurídico .....	512
3.	O fenômeno jurídico da incidência nas relações jurídicas instantâneas, permanentes e sucessivas.....	518
4.	As relações jurídicas permanentes e sucessivas e os limites temporais da coisa julgada .....	524
5.	Conclusões .....	530
	Referências .....	531
<b>19.</b>	<b>A Resolução Parcial do Mérito no Saneamento do Processo e a Natureza Jurídica do Pronunciamento Judicial: da Doutrina de Pontes de Miranda ao Projeto do Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>535</b>
	<i>José Carlos Van Cleef de Almeida Santos</i>	
1.	Notas introdutórias de delimitação geral.....	535
2.	Breve investigação quanto ao mérito no direito processual civil brasileiro .....	537
3.	O princípio da unidade e unicidade da sentença .....	547

4.	O saneamento do processo como uma estruturação inicial que valorizou a concepção do julgamento fracionado do mérito no direito processual civil brasileiro: da evolução do Código de Processo Civil de 1939 ao Projeto do Novo Código de Processo Civil, passando pela doutrina de Pontes de Miranda.....	550
5.	A natureza jurídica do pronunciamento judicial que em sede de saneamento do processo resolve parte do mérito da causa.....	563
	Referências bibliográficas .....	573
<b>20.</b>	<b>Rescisória, Decisão Interlocutória e Coisa Julgada Progressiva: uma Segunda Visão sobre o Projeto do Novo CPC.....</b>	<b>579</b>
	<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1.	Introdução .....	579
2.	Os momentos de resolução do mérito e a impugnação recursal total ou parcial: divergência interpretativa .....	581
3.	Resolução parcial de mérito no ncp e seus reflexos: necessidade de revisão conceitual.....	589
<b>21.</b>	<b>Abreviadas Ponderações sobre Jurisdição: Aproximação ao Conceito de Pontes de Miranda .....</b>	<b>593</b>
	<i>José Maria Rosa Tesheiner</i>	
	<i>Carlos Alberto Molinaro</i>	
	<i>Mariângela Guerreiro Milhoranza</i>	
	Introdução .....	593
1.	Jurisdição.....	596
1.1.	Sobre o argumento da ideia de Jurisdição.....	597
1.1.1.	Atividade de substituição .....	597
1.1.2.	Coisa julgada.....	599
1.1.3.	Lide.....	601
1.1.4.	Imparcialidade.....	604
1.2.	O conceito de jurisdição: pretexto e contexto .....	606
2.	Concisos apontamentos sobre Jurisdição em Pontes de Miranda .....	608
	Considerações finais.....	610

<b>22. Incidência da Norma e Renúncia da Prescrição .....</b>	<b>615</b>
<i>José Roberto Fernandes Teixeira</i>	
<i>Adriana de Mendonça Costa</i>	
1. Introdução .....	615
2. Sobre a incidência da norma.....	615
3. Especificamente a incidência das regras de prescrição.....	619
4. O momento da renúncia da prescrição .....	620
Bibliografia.....	623
<b>23. Por um Novo Mandado de Segurança: Retorno à Origem?.....</b>	<b>625</b>
<i>Leonardo Greco</i>	
<b>24. A Contumácia das Partes como Ato-Fato Processual .....</b>	<b>635</b>
<i>Leonardo Carneiro da Cunha</i>	
1. Introdução .....	635
2. Natureza jurídica da contumácia .....	638
3. A teoria do fato jurídico de Pontes de Miranda.....	639
4. Ato-fato jurídico .....	640
5. Ato-fato processual.....	641
6. A contumácia das partes como ato-fato processual .....	642
7. A contumácia das partes como ato-fato processual: consequências ou implicações .....	642
8. Conclusões .....	646
Bibliografia.....	647
<b>25. Critérios de Classificação das Ações e Sentenças .....</b>	<b>649</b>
<i>Leonardo Santana de Abreu</i>	
Introdução .....	649
1. Classificação binária, ternária e quinária .....	650
2. Critérios de classificação das eficácias.....	653
2.1. Classificação segundo o conteúdo e/ou segundo os efeitos das ações ou sentenças?.....	655
2.2. O critério de classificação das eficácias é processual e/ou material? .....	665
3. A coerência do critério de classificação da teoria quinária da ação de Pontes de Miranda.....	677

Conclusão .....	682
Referências .....	683
<b>26. A Denúnciação da Lide como Remédio Jurídico Processual: uma Contribuição à Luz da Doutrina de Pontes de Miranda.....</b>	<b>687</b>
<i>Lucas Buril de Macêdo</i>	
<i>Ravi Peixoto</i>	
1. Introdução .....	687
2. Uma breve elucidação: ação material e remédio jurídico processual, conceitos e distinções .....	688
3. O panorama doutrinário da denúnciação da lide.....	692
4. A denúnciação da lide como remédio jurídico processual e a conservação da ação material.....	697
5. Conclusão .....	699
Referências .....	700
<b>27. A Ação de Liquidação de Título Executivo Extrajudicial, a Partir da Doutrina de Pontes de Miranda .....</b>	<b>703</b>
<i>Luciano Vianna Araújo</i>	
Considerações iniciais .....	703
1. Introdução .....	704
2. A tese.....	705
3. A questão.....	706
4. Título executivo.....	707
5. Elementos da obrigação.....	709
6. Liquidação.....	710
7. A cognição e os procedimentos jurisdicionais diferenciados....	712
8. “A ação de liquidação de título executivo extrajudicial” .....	714
Conclusão .....	717
<b>28. Litigância de Má-Fé: Abuso de Direito ou Ilícitude?.....</b>	<b>719</b>
<i>Lúcio Grassi De Gouveia</i>	
1. Introdução .....	719
2. O abuso do direito de demandar e de se defender no código de processo civil de 1939 e os ensinamentos de Pontes de Miranda.....	720



3. A litigância de má-fé no Código de Processo Civil atual .....	721
4. O conceito de abuso de direito na doutrina .....	723
5. A caracterização da litigância de má-fé como abuso de direito por parte da doutrina.....	726
6. A litigância de má-fé como ilicitude .....	731
7. Conclusão .....	737
Referências .....	737

## **29. Omissão Judicial na Fixação de Honorários Advocatícios...** 739

*Luiz Henrique Volpe Camargo*

1. Breve introdução .....	739
2. A posição de Pontes de Miranda .....	741
3. Os julgados do Supremo Tribunal Federal na mesma linha defendida por Pontes de Miranda .....	741
4. A posição do Superior Tribunal de Justiça na mesma linha defendida por Pontes de Miranda adotada no recurso especial n.º 886178/RS, cujo acórdão está submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução do STJ n.º 08/2008 .....	742
5. A posição do Superior Tribunal de Justiça na mesma linha defendida por Pontes de Miranda consolidada no enunciado n.º 453 da súmula de sua jurisprudência dominante.....	743
6. A análise crítica da posição de Pontes de Miranda e das soluções apresentadas para o problema .....	745
6.1. Da exigência do ajuizamento de ação rescisória .....	746
6.2. Da admissão de promoção de liquidação de sentença para o arbitramento dos honorários .....	755
6.3. Da admissão de correção da omissão a qualquer tempo, no pressuposto de que se trata inexistência material .....	756
6.4. Do cabimento de ação própria para a fixação da verba honorária.....	757
7. A perspectiva de “overruling” do entendimento consolidado no STJ .....	758
8. A proposta de “lege ferenda” .....	759
9. Conclusão .....	760

## **30. Uma Breve Análise Crítica sobre a Teoria Quinária das Ações.....** 761

*Luiz Eduardo Ribeiro Mourão*

1. Uma breve explicação da teoria quinária das ações exposta por Pontes de Miranda .....	761
2. O problema da ação condenatória.....	767
3. O problema da ação (ou provimentos) mandamental.....	775
4. O problema da ações (ou provimentos) executivos.....	784
5. Conclusão .....	785
<b>31. Conversando com Pontes de Miranda sobre a Aplicação dos Arts. 475-N, III; 485, IV, V e 495 do CPC na Ação Rescisória Trabalhista – Existência de Coisa Julgada a Ser Respeitada em Acordo Judicial Quitador de Extinto Contrato Laboral .....</b>	<b>787</b>
<i>Marcelo Miranda Caetano</i>	
Bibliografia.....	802
<b>32. Pragmatismo Jurídico como Instrumento de Observação da Concepção Ponteana de Norma Jurídica no Contexto das Cláusulas Gerais Processuais .....</b>	<b>805</b>
<i>Márcio Oliveira Rocha</i>	
1. Apresentação e delimitação do estudo.....	805
2. O método pragmático na observação do problema versado.....	806
3. Observação pragmática da concepção ponteana de norma jurídica no contexto das cláusulas gerais processuais.....	814
4. Cláusulas gerais processuais e a ausência de métodos pragmáticos de aplicação.....	821
5. Considerações finais.....	825
Referências .....	826
<b>33. Condições da Ação: Questões de Mérito ou Não Mérito?.....</b>	<b>829</b>
<i>Marcos Bernardes De Mello</i>	
1. Delimitação temática .....	829
2. Noções fundamentais .....	831
2.1. Considerações preliminares.....	831
2.2. Breve descrição do fenômeno jurídico.....	832
2.3. Os planos do mundo jurídico .....	835
2.4. Breves noções sobre eficácia Jurídica .....	836
2.4.1. Preliminares .....	836
2.4.2. A relação jurídica de direito material e seu conteúdo .....	838

2.5. Conclusões preliminares.....	843
3. A segunda acepção em que é empregada a palavra ação (direito à tutela jurisdicional ou, impropriamente, “direito de ação”) .....	843
3.1. Conceito de pretensão à tutela jurídica.....	844
3.2. O caráter de direito fundamental da pretensão à tutela jurídica (“direito de ação”).....	850
3.3. Os pressupostos de exercício da pretensão à tutela jurídica .....	853
3.4. Conclusões preliminares sobre a pretensão à tutela jurídica .....	855
4. A terceira acepção em que é empregada a palavra ação.....	856
5. Crítica ao art. 267, inciso VI do CPC.....	857
5.1. A impropriedade da expressão “condições da ação” .....	857
5.2. Impropriedade quanto ao conteúdo do art. 267, VI, do CPC .....	858
5.2.1. Observação preliminar .....	858
5.2.2. Conceito de mérito da causa.....	859
5.2.3. Da possibilidade jurídica.....	860
5.2.4. Da “legitimatío ad causam” .....	861
6. Conclusão .....	864
Bibliografia.....	864
<b>34. Problematização do Divórcio Judicial na Teoria do Fato Jurídico de Pontes de Miranda.....</b>	<b>869</b>
<i>Marsel Botelho</i>	
Introdução .....	869
1. Singularidades dos planos fenomênicos do fato jurídico .....	870
Conclusão .....	880
Referências .....	887
<b>35. Remédio Heroico ou Antídoto Ineficaz? Recurso Ordinário Constitucional, “Habeas Corpus” e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores.....</b>	<b>889</b>
<i>Nestor Eduardo Araruna Santiago</i>	
<i>Alex Xavier Santiago da Silva</i>	
Referências .....	901

<b>36. A “Disregard Doctrine” e o Projeto do Novo Código de Processo Civil: Análise Jurídica.....</b>	<b>903</b>
<i>Paulo Machado Cordeiro</i>	
Introdução .....	903
1. A desconsideração da personalidade jurídica .....	905
2. O devido processo legal sob a ótica procedimental .....	907
3. A “disregard doctrine” e o Projeto do Novo Código de Processo Civil .....	910
5. Natureza jurídica da decisão que determina a desconsideração da personalidade jurídica: contribuição da doutrina das ações de Pontes de Miranda.....	914
6. Recurso cabível.....	915
7. Conclusões .....	916
Referências .....	917
<b>37. Sentenças Condicionais.....</b>	<b>919</b>
<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	
1. Introdução .....	919
2. Os negócios jurídicos processuais .....	919
3. A decisão judicial como negócio processual.....	923
4. O dogma das sentenças incondicionais no direito brasileiro .....	927
5. Sentenças sujeitas à condição e termo.....	929
6. Conclusão .....	933
<b>38. Os Efeitos Devolutivo e Translativo nos Recursos Excepcionais .....</b>	<b>935</b>
<i>Pedro Miranda de Oliveira</i>	
1. Introdução .....	935
2. Recursos ordinários e recursos excepcionais .....	936
3. Efeito devolutivo .....	940
3.1. Efeito “meramente” devolutivo .....	942
3.2. “Ampla devolutividade” (rejulgamento da causa).....	943
4. Efeito translativo .....	946
5. Conclusão .....	952
Bibliografia.....	953
<b>39. O Exercício da Exceção de Contrato Não Cumprido e a Prescrição .....</b>	<b>955</b>
<i>Rafael Alexandria de Oliveira</i>	

1.	A exceção de contrato não cumprido.....	955
2.	Exercício da exceção de contrato não cumprido e prescrição ...	960
3.	Conclusão .....	966
<b>40.</b>	<b>A Ação Publiciana: entre a Origem Romana e o Direito Atual .....</b>	<b>967</b>
	<i>Roberto P. Campos Gouveia Filho</i>	
	<i>Maria Eduarda Vilar</i>	
	<i>Pedro Spíndola Bezerra Alves</i>	
1.	Introdução .....	967
2.	Breves Considerações sobre as Origens Romanas da Ação Publiciana.....	968
2.1.	Considerações Iniciais.....	968
2.2.	Posse e Propriedade no Direito Romano .....	969
2.2.1.	Propriedade Quiritária .....	972
2.2.2.	Propriedade Bonitária .....	973
2.2.3.	A Exceção de Usucapião.....	974
2.2.4.	A "Actio Publiciana" .....	976
3.	A Ação Publiciana no Direito Atual.....	978
3.1.	Considerações Iniciais.....	978
3.2.	A Natureza Jurídica e a Eficácia da Usucapião .....	978
3.3.	A Ação Publiciana .....	980
3.3.1.	O Poder de Reivindicar como Inerente à Propriedade .....	980
3.3.2.	A Irrelevância do Título de Aquisição da Propriedade para a Existência dos Poderes – Pretensão e Ação – de Reivindicação .....	981
3.3.3.	Aspectos Gerais da Ação Publiciana: Causa de Pedir, Legitimados, Eficácia e Prescrição .....	983
4.	Conclusão .....	986
	Referências Bibliográficas.....	986
<b>41.</b>	<b>Por uma Noção de Execução Forçada: Pequenas Provocações aos Defensores da Executividade da "Execução" Indireta .....</b>	<b>989</b>
	<i>Roberto P. Campos Gouveia Filho</i>	
	<i>Raquel Silva Araújo</i>	
1.	Considerações prévias.....	989

2. A realização dos direitos: premissas necessárias.....	990
2.1. Considerações iniciais .....	990
2.2. Primeiras premissas necessárias: o direito como situação jurídica relacionada a um fim social e sua realização como momento jurídico de consumação de tal fim .....	991
2.3. Segunda premissa necessária: distinção entre direitos prestacionais e direitos potestativos .....	992
2.4. Última premissa necessária: a execução forçada “lato sensu” como espécie de realização de direitos prestacionais .....	994
3. Posição adotada: execução indireta como falsa execução .....	996
4. Proposta de sistematização .....	999
<b>42. Sobre a ação Vindicatória no Direito Brasileiro.....</b>	<b>1001</b>
<i>Roberto Paulino de Albuquerque Júnior</i>	
Introdução .....	1001
1. Ação vindicatória de direitos reais limitados.....	1002
2. Ação vindicatória da posse .....	1006
3. Ação vindicatória de título ao portador.....	1009
4. Ação vindicatória de estado de filho e de direito de personalidade à origem genética.....	1010
Considerações finais.....	1011
Referências .....	1012
<b>43. Anotações sobre a Noção de Ônus da Prova em Pontes de Miranda.....</b>	<b>1015</b>
<i>Robson Renault Godinho</i>	
<b>44. Omissão Relacional e Ontológica segundo Pontes de Miranda (Análise dos Fenômenos e o seu Saneamento através de Embargos de Declaração) .....</b>	<b>1027</b>
<i>Rodrigo Mazzei</i>	
1. Introdução: omissão como hipótese de cabimento de embargos de declaração .....	1027
2. Omissão.....	1028
2.1. Omissão ontológica.....	1030
2.2. Omissão relacional.....	1032

2.3. Omissão direta e omissão indireta – subtipos de omissão ontológica .....	1038
2.4. Erro material – espécie de omissão indireta .....	1039
3. Breve fechamento.....	1041
<b>45. Processo Cautelar: Horas de Ocaso?.....</b>	<b>1043</b>
<i>Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas</i>	
<i>Roberto Wanderley Nogueira</i>	
Introdução .....	1043
1. Procedimentos cautelares como garantia da justiça: considerações sobre o tempo no direito .....	1050
2. Critérios para definir os procedimentos cautelares.....	1051
2.1. Provisoriedade, função preventiva e urgência .....	1052
2.2. Instrumentalidade e função conservadora .....	1054
3. Proposta de classificação para os procedimentos cautelares....	1054
4. O especial caso do poder geral de cautela do juiz.....	1056
5. Características dos procedimentos cautelares.....	1057
5.1. As duas faces do “periculum in mora” .....	1057
5.2. A instrumentalidade hipotética dos procedimentos cautelares como previsão dos efeitos do procedimento principal.....	1058
5.3. A cognição em sede de cautelar .....	1058
5.4. O particular caso da coisa julgada em sede de procedimento cautelar: variabilidade e extinção por prazo.....	1060
5.5. A execução cautelar .....	1061
6. Constatações finais sobre a sistemática dos procedimentos cautelares.....	1062
7. Os procedimentos cautelares e os novos contornos do processo civil.....	1064
7.1. Os procedimentos cautelares à luz do racionalismo: crítica à teoria clássica.....	1065
7.2. A evolução do escopo cautelar do processo e os entraves do paradigma racionalista .....	1066
7.3. Provisoriedade, temporariedade, referibilidade e instrumentalidade das tutelas cauteleares: sinônimos de enfraquecimento?.....	1067
7.4. Uso alternativo dos procedimentos ordinários, poder geral de cautela e o advento da antecipação de tutela: esvaziamento do processo cautelar? .....	1071

8.	Vida longa aos procedimentos cautelares: conclusões .....	1073
	Referências .....	1076
<b>46.</b>	<b>Dissolução parcial da sociedade: questões de direito empresarial no Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil e a Análise Econômica do Direito.....</b>	<b>1079</b>
	<i>Rodrigo Saraiva Marinho</i>	
1.	Introdução .....	1079
2.	Da Dissolução Parcial da Sociedade Empresária .....	1080
3.	Da Previsão Do Instituto No Ordenamento Jurídico Brasileiro... ..	1086
4.	A disciplina no anteprojeto do Novo CPC .....	1088
5.	Da Analise Econômica da Dissolução Parcial de Sociedade .....	1090
5.	Considerações finais.....	1092
	Referências .....	1093
<b>47.</b>	<b>A Prescrição no Direito Brasileiro: Direito Material e Direito Processual.....</b>	<b>1095</b>
	<i>Rodrigo Xavier Leonardo</i>	
1.	Introdução .....	1095
2.	A prescrição: lineamentos gerais .....	1096
3.	A prescrição no Direito Civil Brasileiro.....	1100
4.	Análise crítica da disciplina da prescrição no Código Civil Brasileiro de 2002 .....	1104
5.	Considerações finais.....	1115
	Referências bibliográficas .....	1115
<b>48.</b>	<b>Reflexos Executivos da “Inexistência” e da “Invalidade” da Sentença Civil Condenatória.....</b>	<b>1119</b>
	<i>Sérgio Cabral Dos Reis</i>	
	Introdução .....	1119
1.	“Pressupostos processuais”: dos elementos que condicionam a “existência jurídica” do processo.....	1120
2.	“Pressupostos processuais e os requisitos de validade” do processo: uma distinção metodológica necessária.....	1124
3.	Da distinção entre “nulidade” e “ineficácia” dos atos processuais: a “nulidade” enquanto sanção pela presença de um vício prejudicial .....	1129
4.	Da classificação dos vícios processuais .....	1135



5. Consequências decorrentes da ausência dos “pressupostos” e dos “requisitos” processuais: da variação quanto ao exercício do direito de defesa.....	1139
6. A sentença condenatória como título executivo e a sua estrutura: elementos de existência ou requisitos de validade?	1143
7. Das questões envolvendo o princípio da congruência entre a postulação e a sentença .....	1151
Conclusões .....	1159
Bibliografia .....	1160
<b>49. Do Fático ao Jurídico: a Possibilidade Jurídica do Pedido de Adoção por Casais Homo-Afetivos.....</b>	<b>1165</b>
<i>Suenya Talita de Almeida</i>	
1. O mundo dos fatos: fato social e fato jurídico.....	1165
2. A entrada dos fatos no mundo jurídico: revisitando a lógica da causalidade.....	1167
3. A Juridicização da adoção por casal Homo-afetivo pela possibilidade jurídica do pedido.....	1173
Referências .....	1176
<b>50. Ponderações sobre a Tutela da Posse a Partir do Pensamento de Pontes de Miranda .....</b>	<b>1179</b>
<i>Venceslau Tavares Costa Filho</i>	
1. A posse: estado de fato correspondente a um poder.....	1179
2. Detenção e desdobramento da posse .....	1182
3. Posse de boa-fé.....	1184
4. Posse justa e Justo título.A questão da aplicação subsidiária do art. 924 do Código de Processo Civil para uma interpretação razoável quanto ao momento da ciência do esbulho possessório .....	1189
Referências .....	1196
<b>51. Ação Rescisória: de Pontes de Miranda ao Projeto de Novo CPC.....</b>	<b>1201</b>
<i>Welder Queiroz dos Santos</i>	
1. Introdução .....	1201
2. Ação rescisória.....	1203
3. Objeto da ação rescisória: as decisões rescindíveis.....	1204

4.	Hipóteses de cabimento da ação rescisória .....	1207
4.1.	Incompetência absoluta .....	1209
4.2.	Coação .....	1210
4.3.	Violação manifesta a norma jurídica .....	1211
4.4.	Prova nova .....	1216
4.5.	Erro de fato .....	1218
5.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória .....	1219
6.	Modificações procedimentais .....	1223
6.1.	Dispensa do depósito prévio .....	1223
6.2.	Possibilidade de rejeição liminar da ação rescisória .....	1224
6.3.	Possibilidade concessão de tutela antecipada .....	1224
6.4.	Resposta do réu e procedimento .....	1225
6.5.	Escolha do relator e do revisor .....	1225
6.6.	Produção de provas .....	1225
6.7.	Órgão competente .....	1226
6.8.	Ação x Pedido .....	1226
7.	Conclusão .....	1227
	Bibliografia .....	1227

10.

10.

10.

10.